

Notas de pesquisa

Desenho da Pesquisa: o debate legislativo sobre o aborto no Brasil e no Uruguai (1985-2016)

Research Design: the legislative debate on abortion in Brazil and Uruguay (1985-2016)

Luis Gustavo Teixeira da Silva

Doutorando em Ciência Política, Universidade de Brasília (UnB)
gustavoteixeira2519@gmail.com

Resumo: O objetivo desta nota de pesquisa é apresentar os procedimentos adotados para a realização de minha investigação no trabalho de tese, cujo resultado foi o mapeamento das posições em disputa acerca do tema da interrupção voluntária da gravidez na Câmara dos Deputados Federais do Brasil e na *Câmara de Representantes* do Uruguai. A metodologia aplicada consistiu na análise dos pronunciamentos sobre o aborto dos/as parlamentares que compõem as respectivas casas legislativas, proferidos entre os anos de 1985 e 2016. Este trabalho integra um conjunto de pesquisas com foco neste material empreendidas pelo grupo Democracia e Desigualdades (Demodê) da Universidade de Brasília (UnB), no âmbito do Projeto “Direito ao aborto e sentidos da maternidade: atores e posições em disputa no Brasil contemporâneo”, coordenado pela Prof^a. Flávia Biroli e pelo Prof. Luis Felipe Miguel, com alguns resultados já publicados em periódicos nacionais e estrangeiros. Neste texto discutimos os procedimentos e desafios identificados na tarefa de coleta dos pronunciamentos e a relevância das ferramentas utilizadas para a sistematização das informações. Do mesmo modo, examinamos as variáveis empregadas na análise dos discursos e suas categorias de preenchimento. Neste sentido, o propósito é explicitar o modo como as variáveis e categorias foram pensadas e os papéis que desempenharam no processo de documentação e classificação do conteúdo expresso nas falas dos/as parlamentares sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Palavras-chave: aborto; Poder Legislativo, Brasil, Uruguai.

Abstract: The objective of this research note is to present the procedures adopted for the accomplishment of my investigation in the thesis, whose result was the mapping of the positions in dispute about the subject of the voluntary interruption of pregnancy in the House of Representatives of the Brazil and Uruguay. The applied methodology consisted of the analysis of the pronouncements on the abortion of the parliamentary members that

compose the respective legislative houses, given between the years of 1985 and 2016. This work integrates a set of research focused on this material undertaken by the group Democracy and Inequalities of the University of Brasília (UnB), within the framework of the Project “Right to abortion and the senses of motherhood: actors and positions in dispute in contemporary Brazil”, coordinated by Prof^a. Flávia Biroli and Prof. Luis Felipe Miguel, with some results already published in national and foreign journals. In this paper we discuss the procedures and challenges identified in the task of collecting the pronouncements and the relevance of the tools used to systematize information. In the same way, we examine the variables used in the analysis of discourses and their categories. In this sense, the purpose is to explain how the variables and categories were thought and the roles they played in the process of documenting and classifying the content expressed in the speeches of the parliamentarians about the voluntary interruption of pregnancy.

Keywords: abortion; House of Representatives; Brazil; Uruguay.

Introdução

O propósito desta nota de pesquisa é apresentar os procedimentos adotados para a realização de minha investigação no trabalho de tese, intitulado *Sobre Corpos, Crucifixos e Liberdades: A laicidade do Estado no Brasil e no Uruguai analisada a partir do debate legislativo sobre o aborto*, elaborado sob inestimável auxílio e orientação da Prof^a Dra. Flávia Biroli¹. O objetivo da investigação se concentrou no mapeamento das posições em disputa acerca do tema da interrupção voluntária da gravidez na Câmara dos Deputados Federais do Brasil e na *Câmara de Representantes* do Uruguai, tendo como suporte a seguinte pergunta de partida: De que forma concepções alicerçadas em perspectivas morais e religiosas foram relevantes para os/as parlamentares sustentarem suas posições e argumentos sobre ao aborto no legislativo brasileiro e uruguaio, entre os anos de 1985-2016? Os dados aferidos pela pesquisa indicam expressiva diferença na configuração do debate legislativo sobre o aborto nos dois países, de modo geral, as concepções religiosas e morais são preponderantes nos pronunciamentos proferidos em plenário no Brasil, porquanto que no Uruguai são periféricos (Ver mais em: SILVA, 2016; 2017, 2017b; SANTOS; SILVA, 2017). O elemento central na explicação de ambos os cenários identificados no Brasil e no Uruguai repousa sobre as formas de definição e desenvolvimento da laicidade do Estado, princípio político vital às democracias representativas

¹ Defesa realizada em março de 2018 no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, avaliada pelas Professoras Maria José Rosado Nunes (PUC-SP), Susana Rostagnol (UdelaR - Uruguai) e Danusa Marques (UnB).

em sociedades plurais, cuja função consiste em promover a liberdade de consciência e a delimitação das fronteiras entre religião, política e Estado.

A metodologia aplicada neste empreendimento consistiu na análise dos pronunciamentos sobre o aborto dos/as parlamentares que compõem as respectivas casas legislativas, proferidos entre os anos de 1985 e 2016. Este trabalho integra um conjunto de pesquisas com foco neste material empreendidas pelo grupo Democracia e Desigualdades (Demodê) da Universidade de Brasília (UnB), no âmbito do Projeto “Direito ao aborto e sentidos da maternidade: atores e posições em disputa no Brasil contemporâneo”, coordenado pela Prof^a. Flávia Biroli e pelo Prof. Luis Felipe Miguel, com alguns resultados já publicados em periódicos nacionais e estrangeiros, que serão citados no decurso da escrita.

Este processo de investigação teve início em 2012, com o foco exclusivo no estudo de caso do legislativo brasileiro, cujo propósito foi compreender a atuação das diferentes clivagens no interior do legislativo em torno do aborto, sobretudo os agrupamentos políticos de matriz religiosa. No desenvolvimento da tese em 2014 decidimos expandir a base de dados incorporando o estudo do legislativo uruguaio, para entender as razões da aprovação da descriminalização do aborto em 2012. Este estudo estabeleceu a análise comparativa a partir de alguns parâmetros, apesar das enormes diferenças entre os países em questão, entre as quais figura o diferente tratamento dos direitos reprodutivos das mulheres. Em primeiro lugar esta comparação foi efetuada com base em um recorte espacial específico, isto é, a análise de todos os pronunciamentos proferidos em uma esfera do Poder Legislativo, a Câmara dos Deputados do Brasil e a *Cámara de Representantes* do Uruguai. Em segundo, salientar que entre os diversos assuntos que compõem a agenda legislativa a questão do aborto se configurou em recorte temático. Por último, o recorte temporal foi equivalente para ambos os países. Portanto, a despeito das discrepâncias, acreditamos que tais recortes viabilizam a análise comparativa pelo fato de nos concentrarmos no material produzido pelos/as representantes de uma instituição do Estado circunscrita, que possuem função similar no regime democrático.

Neste texto discutimos os parâmetros adotados para a realização da pesquisa comparativa entre os países. Inicialmente esclarecemos os procedimentos e desafios identificados na tarefa de coleta dos pronunciamentos e a relevância das ferramentas utilizadas para a sistematização das informações. Posteriormente examinamos as

variáveis empregadas na análise dos discursos, bem como suas categorias de preenchimento. Neste sentido, o propósito é explicitar o modo como as variáveis e categorias foram pensadas e os papéis que desempenharam no processo de documentação e classificação do conteúdo expresso nas falas dos/as parlamentares sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Aspectos metodológicos

O primeiro passo da pesquisa foi a seleção dos pronunciamentos que iriam compor a base de análise. Para isso, as/os integrantes definiram um conjunto de palavras-chave que permitisse coletar as diferentes formas de elaboração da fala sobre o aborto. Após testes no mecanismo de busca no site da Câmara dos Deputados Federais do Brasil², a conclusão foi que os termos mais apropriados seriam os seguintes: “aborto”, “abortamento”, “interrupção voluntária da gravidez”, “interrupção da gravidez”, “interrupção voluntária da gestação” e “interrupção da gestação”.

A partir disso, esta pesquisa coletou 1102 pronunciamentos e analisou 1078³, isto é, somente aqueles com algum tipo de enfoque sobre o tema do aborto. Estes discursos foram proferidos pelos/as deputados/as entre 1985 e 2016. Os dados correspondem ao período que abrange a 47ª legislatura até a 55ª legislatura, portanto, desde o início do governo civil até os dias atuais.

A pesquisa no legislativo uruguaio foi efetuada logo após o término da realizada na Câmara dos Deputados do Brasil, precisamente a partir de julho de 2014. Para estabelecer uma análise comparativa entre as realidades foram adotados os mesmos parâmetros e procedimentos, contudo algumas adequações idiomáticas nas palavras-chave precisaram ser executadas. Sendo assim, no Uruguai trabalhamos apenas com as seguintes palavras-chave: “aborto”, “interrupción voluntaria del embarazo” e “interrupción del embarazo”, pois o termo “abortamento” não existe em espanhol e a expressão “interrupción del embarazo” significa tanto interrupção da gravidez quanto interrupção da gestação.

² Precisamos ressaltar que a sistematização das informações sobre a atividade legislativa na página da Câmara dos Deputados é um fator positivo e incentivador à realização de investigações com enfoque neste tipo de material. Link do site: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>

³ Vinte e quatro (24) discursos utilizaram alguma das palavras-chave com conotação semântica diferente, por exemplo, “o governo abortou o plano econômico...”. Estes discursos não foram utilizados por não tratarem do tema da investigação.

Sendo assim, a investigação no legislativo uruguaio coletou 353 pronunciamentos e analisou 337, proferidos entre janeiro de 1985 e dezembro de 2016, período correspondente ao início da 42^o (XLII) legislatura até a metade da 48^o (XLVIII) legislatura⁴. Logo, a investigação coletou todos os discursos efetuados na *Cámara de Representantes*⁵ a partir do estabelecimento da redemocratização e do governo civil em 1985 até os dias atuais.

Após o processo de seleção dos pronunciamentos, cada um foi lido e analisado. Para cada discurso uma ficha no software estatístico *Sphinx Léxica* foi preenchida, com 30 variáveis de classificação dos pronunciamentos. No anexo I consta o modelo utilizado em ambos os países. As variáveis nesta ficha foram elaboradas paulatinamente de acordo com testes realizados pelas/os integrantes da pesquisa.

A utilização do software *Sphinx Léxica*, versão 5.1⁶, foi de suma importância para a pesquisa, cujas ferramentas abrangem: definição de questões fechadas, abertas e numéricas; agrupamento de questões; cruzamento de variáveis; preparação de variáveis (combinar, transformar e fundir); tabelas de análise simples descritiva, médias, correlações, variância e regressão; tabela léxica; reagrupamento de léxicos; verbatim (extração segmentada de textos); elaboração de relatórios descritivos e elaboração de gráficos distintos. O software permite a exportação para DOC, PowerPoint, Excel, a importação de dados TXT, CSV e Excel e o uso de drivers ODBC, assim como a importação/exportação direta de dados com o software IBM-SPSS.

Portanto, este recurso tornou exequível a sistematização e cruzamento dos dados obtidos, bem como a construção de panoramas qualitativos e quantitativos de um material composto essencialmente por textos (resultados em: SILVA, 2016; 2017; SANTOS; SILVA, 2016; SILVA, 2017b; SANTOS, 2015; SANTOS; BIROLI, 2017; MIGUEL; BIROLI; SANTOS, 2017; BIROLI, 2014; BIROLI; MIGUEL, 2017; MIGUEL, 2012).

Apresentaremos agora as variáveis presentes na ficha, especialmente o modo como elas foram pensadas e os papéis que desempenharam no processo de classificação dos

⁴ As legislaturas no Uruguai têm duração de cinco anos, no Brasil de quatro anos.

⁵ O site da *Cámara de Representantes* (<http://www.diputados.gub.uy/>) e do *Parlamento del Uruguay* (<https://parlamento.gub.uy/>) também oferecem um conjunto importante de informações sistematizadas sobre a atividade legislativa no país.

⁶ De origem francesa, esse software foi criado em 1989 por dois pesquisadores, o economista Jean Mascarola e Yves Baulac da área da computação. Ingressou no Brasil em 1995, por meio de parceria de cooperação junto ao pesquisador Henrique Freitas, docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Desde 1995 esse software é comercializado pela Sphinx Brasil – Soluções para a coleta e análise de dados. Profissionais remanescentes da Economia aplicada e Computação, respectivamente.

discursos. Concentremo-nos agora nas quinze variáveis iniciais, uma vez que elas serviram para identificar e documentar os discursos.

1-*Número do discurso*; esta categoria teve a função de organizar a ordem de realização do preenchimento das fichas;

2 – *página* nos Diários da Câmara do Brasil e Uruguai em que o pronunciamento está registrado;

As variáveis: 3-*Ano*; 4-*Mês* e 5-*Dia* registraram a data de realização do pronunciamento, logo, indispensável no procedimento de documentação. Já a variável 6-*Expediente* na ficha brasileira e *Sessão Legislativa* na uruguia, classificaram o ambiente em que esta fala foi elaborada. A composição regimental dos *Expedientes* no Brasil e das *Sessões Legislativas* no Uruguai reflete diretamente no modo de construção da fala, em virtude do tempo disponível e dos ritos regimentais específicos de cada ambiente.

No Brasil os/as deputados/as dispõem de cinco sessões plenárias diárias para se pronunciarem sobre matérias de qualquer natureza, são elas: Grande Expediente⁷, Pequeno Expediente⁸, Comunicações Parlamentares, Comunicações das Lideranças⁹ e Ordem do Dia¹⁰ (Brasil, 2012). As três primeiras sessões ordinárias são livres e sem temática específica, já as duas últimas exigem condições, tais como, ser líder do partido¹¹ e discursar acerca de uma temática focada, respectivamente.

No legislativo uruguaio há três sessões plenárias, são elas: ordinárias, extraordinárias e especiais. Nelas são discutidos apenas o roteiro previamente estabelecido da Ordem do Dia, o que as difere é a centralidade que darão para cada tema, as sessões ordinárias

7 Na sessão do Grande Expediente, os deputados dispõem de 25 minutos para o exercício da palavra. Cada deputado pode fazer o uso da palavra apenas 3 vezes por semestre (BRASIL, 1989; 2012). Neste espaço ocorrem com maior frequência os apartes parlamentares.

8 O Pequeno Expediente tem duração de sessenta (60) minutos, os deputados dispõem de cinco (5) para se pronunciarem. Este ambiente é conhecido como “pinga fogo”, pois este é um dos principais momentos em que o/a parlamentar pode expressar divergências a medidas adotadas pelo governo ou dissertar sobre fatos ocorridos na sociedade. É possível discursar todos os dias nesta sessão, desde que haja disponibilidade, e que o/a deputado/a solicite à Mesa Diretora (BRASIL, 2012).

9 As Comunicações Parlamentares e das Lideranças acontecem somente quando há disponibilidade de tempo, isto é, quando não se esgota o tempo do pequeno e grande expediente e da ordem do dia. O tempo disponível é proporcional ao número de membros das respectivas bancadas, com o mínimo de três (03) e o máximo de dez minutos (10), sem apartes e prorrogação.

10 O Presidente da Câmara dos Deputados organiza a Ordem do Dia com base na agenda mensal, embora possua uma pauta prévia isso não impede que os parlamentares estabeleçam relações com outros temas que julguem importante à sua explanação em relação a matéria em discussão na Ordem do Dia (BRASIL, 1989; 2012).

11 O líder do partido pode ceder seu espaço de fala para outro/a deputado/a do mesmo partido.

são compostas por dez assuntos, as extraordinárias por cinco e as especiais por apenas um assunto (URUGUAY, cap. VII, 2014). Para se pronunciarem sobre algum tema que não está na Ordem do Dia, os/as parlamentares dispõem de dois espaços, são eles: *Exposiciones Verbales* e *Exposiciones Escritas*. As *Exposiciones Verbales* ocorrem meia hora antes (*media hora previa*) do início das sessões ordinárias, e são compostas por seis pronunciamentos com duração total de até cinco minutos cada, estas manifestações servem basicamente para realizar encaminhamentos e para pedidos de inclusão de matérias na Ordem do Dia (URUGUAY, cap. XXI, 2014). Caso o/a deputado/a deseje discursar por um período equivalente ao disponível para as falas realizadas durante a Ordem do Dia¹², deve apresentar pedido (com precisão sobre o tema) de *Exposición Verbal* ao Presidente da Câmara, este pedido deverá ser votado pelos/as parlamentares. Em caso de aprovação (por maioria dos votos), o Presidente inclui o pronunciamento na Ordem do Dia em data posterior a solicitação, pois para discursar no mesmo dia deverá também ser anexado um pedido de urgência, que igualmente será submetido à votação (URUGUAY, art. 154, 2014). As *Exposiciones Escritas* seguem o mesmo rito de apreciação e votação pelo Presidente e deputados/as¹³.

No legislativo uruguaio os espaços para realização de discursos não relacionados com a Ordem do dia são reduzidos (tanto de tempo como de ambientes) e restringidos por normas regimentais¹⁴. A partir do que foi exposto podemos relativizar a magnitude acerca da quantidade de pronunciamentos, 1078 no Brasil e 337 no Uruguai, levando em consideração a também expressiva diferença entre os países com relação ao número de parlamentares eleitos¹⁵ a cada legislatura e aos espaços disponíveis para o exercício livre da fala.

As variáveis: 7-*Em caso de aparte, o orador apartado era...*; 8-*Parlamentar*; 9-*Sexo*¹⁶; 10-*Partido*¹⁷; 11-*UF na ficha brasileira e Departamento na uruguaia*; e 13-*Mandato*, foram essenciais para especificar quem eram os/as autores/as dos pronunciamentos, o gênero, sua filiação partidária, a região que o/a elegeu e qual mandato o/a parlamentar exercia.

¹² Por quinze minutos prorrogáveis até dez minutos, com possibilidade de apartes (URUGUAY, 2014).

¹³ Em cada sessão plenária são pronunciadas/lidas até duas destas *Exposiciones*.

¹⁴ De modo algum estas informações permitem concluir que o legislativo uruguaio obstrua deliberações ou as realize de forma inadequada. Apenas indica que há um rito específico para as sessões plenárias.

¹⁵ No Brasil são eleitos a cada legislatura 513 parlamentares, no Uruguai são 99.

¹⁶ Rayani Mariano e Flávia Biroli (2017) analisam os pronunciamentos proferidos pelas deputadas brasileiras.

¹⁷ Discuto a atuação dos partidos políticos no Brasil e no Uruguai sobre a questão do aborto (SILVA, 2017).

Nesta fase de documentação e identificação resta tratar duas variáveis. A de número quatorze (14) serviu para apontar com quais *palavras-chave* supracitadas os discursos foram coletados, por conseguinte, faziam menção. A décima quinta (15) intitulada *O aborto é tema*, foi empregada para distinguir a centralidade com que a interrupção voluntária da gravidez foi tratada em cada discurso. Nesta variável era possível assinalar uma entre cinco categorias de preenchimento, são elas:

1° *focado*, quando a matéria era o ponto central da fala;

2° *um entre vários*, apontada em situações que a questão do aborto era um de outros temas tratados no pronunciamento;

3° *secundário de outro foco*, quando o tema era apenas complemento e de outro assunto principal;

4° *referência lateral*, nas ocasiões em que havia meramente breve citação ou alusão ao aborto;

5° *irrelevante*, quando não havia relação do tema tratado com a questão do aborto¹⁸.

A classificação do grau de centralidade com que o tema foi tratado ajuda a compreender a formatação de cada discurso e o fato de que eles não possuem as mesmas características, devido enfoque concedido por cada parlamentar em sua fala.

A partir de agora passamos a considerar aquelas variáveis que desempenham a função de apurar os conteúdos expressos nos discursos. Começamos pela décima sexta (16) – *o discurso se coloca*: que por definição serviu para esmiuçar a posição em cada pronunciamento sobre a interrupção voluntária da gestação. Esta variável é composta por sete categorias que abrangem os distintos posicionamentos. Para cada fala era possível assinalar até duas categorias, são elas:

18 Como já dito, estas falas utilizavam os termos com outra conotação, no Brasil foram registrados 32 pronunciamentos com esta característica e 15 no Uruguai. Quando era marcado *irrelevante* nenhuma outra resposta era registrada.

1° *a favor da ampliação do aborto legal*: assinalada quando o pronunciamento defendia outras possibilidades de aborto legal, além dos casos já previstos na legislação;

2° *a favor da manutenção da lei*: pela posição em defesa da legislação vigente nos países correspondentes a pesquisa. Portanto, ela identifica aqueles discursos que apresentam resistências quanto às mudanças na legislação;

3° *a favor da restrição do aborto legal*: empregada em situações que o/a deputado/a se posicionava pela extinção de uma ou mais exceções de aborto legal, previstos nas respectivas legislações;

4° *contra o aborto (genérico)*: utilizada naqueles discursos contrários ao aborto, mas que não falavam da legislação e não defendiam mudanças nela;

5° *por novas medidas punitivas e/ou de controle*: utilizada quando o pronunciamento defendia que nas situações em que o aborto já era crime as penas deveriam ser mais rigorosas ou haver maior controle para que ele não fosse realizado;

6° *pela educação sexual e/ou planejamento familiar*: assinalado quando a fala se colocava em prol de políticas direcionadas à educação sexual de jovens e adultos, e à elaboração/ampliação dos programas e campanhas destinadas à orientação sobre a importância do planejamento familiar;

7° *não se posiciona*: quando a fala se caracterizava pela ausência de posicionamento quanto à questão do aborto.

Nos casos em que a categoria *a favor da ampliação do aborto legal* era assinalada imediatamente o preenchimento da ficha remetia a/o executante da tarefa à variável de número 17- *Caso a posição seja a favor da ampliação do aborto legal*: em que era necessário tipificar a que tipo de ampliação o discurso fazia menção. Em cada pronunciamento era possível assinalar quatro categorias de cinco alternativas, pela ordem: 1°

descriminalização total; 2º permissão em caso de inviabilidade do feto; 3º ampliação da assistência da rede hospitalar; 4º não indica que tipo de ampliação; e 5º outra ampliação.

Mesmo procedimento ocorreu quando a posição no discurso era *a favor da restrição do aborto legal e/ou por novas medidas punitivas e/ou de controle*. Nesta situação a ficha remetia à variável número 19- *Caso seja a favor da restrição do aborto legal*, era possível marcar seis das sete categorias de preenchimento, pela ordem: 1º *proibição total*; 2º *estupro*; 3º *risco de vida da mãe*; 4º *inviabilidade do feto*; 5º *políticas de repressão ao aborto*; 6º *não indica que tipo de restrição*; 7º *Outra restrição*¹⁹.

Estas variáveis (17 e 19) e suas respectivas categorias exerceram papel significativo na catalogação adequada desta etapa da pesquisa. A partir delas tornou-se possível apresentar e escalonar as gradações entre os distintos tipos de ampliações e restrições expressos nas falas. Caso contrário haveriam discursos marcados com mesma posição, mas com inclinações completamente diferentes, o que decerto produziria diagnósticos equivocados.

Após assinalar os posicionamentos e em alguns casos suas configurações mais peculiares naquelas posições mais polarizadas (a favor ou restritivas) passava-se a uma nova fase no desenvolvimento da análise dos pronunciamentos, isto é, quais os argumentos foram mobilizados para sustentar tais posições. Este processo ocorreu em quatro etapas, a primeira delas representada pela variável de número 21- *Tipos de argumentos assumidos pelo orador*, em que era necessário apontar quais os argumentos foram adotados pelo/a parlamentar para alicerçar a construção do raciocínio empreendido em sua fala. Nesta situação a/o executante da análise poderia assinalar sete argumentos de quinze (15) alternativas. A etapa seguinte consistia em identificar *Qual argumento é o principal?* (nº 23), ou seja, entre todos os argumentos empregados, aquele (apenas um) que havia sido utilizado como base de sustentação ao discurso. Portanto, estas duas variáveis serviram para caracterizar quais as idéias e perspectivas os/as parlamentares esboçaram e se filiaram para embasar seus pronunciamentos. Em muitos casos os pronunciamentos foram elaborados com o objetivo de contrapor outros argumentos na forma de entender o fenômeno da interrupção voluntária da gestação. Por isso, a terceira variável desta etapa tinha por propósito verificar quais argumentos eram rechaçados

¹⁹ Quando esta categoria era apontada na situação a favor da ampliação do aborto legal ou da restrição do aborto legal outras variáveis precisavam ser respondidas, a de número 18 e 20, intituladas *Se outro, qual?* Em ambos os casos a modalidade de resposta era aberta, isto é, sem categorias.

pelo/a parlamentar, conforme sugere seu título: 25- *O discurso se coloca contra algum tipo de argumento?*. As três variáveis foram preenchidas a partir do mesmo conjunto de categorias argumentativas. Obviamente, com a diferença que cada uma das variáveis cumpriu papel específico no processo de entendimento e documentação dos discursos. Abaixo apresentamos estas categorias e o modo como foram utilizadas para classificar os argumentos, o argumento principal e os contra-argumentos expressos em cada pronunciamento.

1° *Argumentos religiosos*, sempre que havia menção a crença ou a alguma religião (instituições, textos considerados sagrados ou líderes) como sustentação da fala;

2° *Argumentos científicos*, assinalado nas situações em que o discurso se amparava em estudos científicos, por exemplo, para afirmar que a vida começa desde a concepção ou para desconstruir esta informação;

3° *Aborto é questão de saúde pública*, este argumento era assinalado quando o discurso sinalizava a importância dos direitos reprodutivos como forma impedir os riscos à saúde/vida das mulheres, em virtude dos abortos realizados em clínicas clandestinas sob condições sanitárias insalubres;

4° *Liberdade individual*, quando salientava o direito da mulher decidir sobre a interrupção voluntária da gravidez;

5° *Controle da mulher sobre o próprio corpo*, quando pontuava a autonomia da mulher a decidir sobre seu corpo;

6° *Argumentos jurídicos*, sempre que havia referência ao ordenamento jurídico, como a Constituição ou ao Código Penal;

7° *Argumentos econômicos (macro-econômicos)*; quando o/a deputado/a se referia ao impacto do aborto no sistema de saúde.

8° *Inviolabilidade do direito à vida*, assinalado em situações que a fala pontuava a vida humana como valor absoluto a ser protegido pelo Estado²⁰;

9° *Injustiça social*, sempre que ponderava as desigualdades de condições econômicas entre mulheres pobres e ricas quanto a recorrer ao aborto ilegal realizado de forma segura em clínicas privadas;

10° *Argumentos morais (não explicitamente religiosos)*, empregado quando o discurso afirmava que a interrupção voluntária da gravidez era um valor impróprio e nocivo a estabilidade de preceitos fundamentais à sociedade, contudo sem vincular estes argumentos a questões religiosas;

11° *Argumentos vinculados à opinião pública*, assinalado quando os/as parlamentares exploravam os dados de pesquisas de opinião sobre o aborto para aludir, por exemplo, “que a população era contra ou a favor do aborto”.

12° *Aborto/controlado da natalidade como estratégia imperialista*, registrado nos casos em que o discurso indicava influência de países desenvolvidos na descriminalização do aborto como estratégia para conter o crescimento populacional dos países periféricos;

13° *Outro*, quando o discurso mobilizava algum argumento distinto aos presentes nas categorias²¹;

14° *Nenhum*, nas situações em que nenhum argumento era identificado na fala;

15° *Laicidade do Estado*, sempre que o discurso demarcava que o Estado era laico, desse modo sinalizava também que argumentos baseados em convicções religiosas não eram legítimos no debate em questão.

²⁰ Rayani Mariano e eu (2016) discutimos especificamente a forma de organização deste argumento no Brasil e no Uruguai.

²¹ Quando esta categoria era apontada nas variáveis 21- *Tipos de argumentos assumidos pelo orador*, 23- *Qual argumento é o principal?* e 25- *O discurso se coloca contra algum tipo de argumento?* Outra variável precisava ser respondida, as de número 22, 24 e 26 respectivamente, intituladas *Se outro, qual?* Em todos os casos a modalidade de resposta era aberta, isto é, sem categorias.

A última variável da etapa de análise dos argumentos era a de número 27- *Auto-identificação explicitada como argumento de autoridade*, composta por oito categorias de preenchimento das quais era possível marcar quatro em cada discurso, são elas: 1° *mãe*; 2° *mulher*; 3° *médico*; 4° *sacerdote*; 5° *jurista*; 6° *cientista*; 7° *outra*²²; 8° *nenhuma*. Neste sentido, quando os/as parlamentares se identificavam de alguma forma, na maioria dos casos foi no intuito de destacar que ocupavam um lugar de fala que lhes conferiam legitimidade para dissertar sobre o assunto.

As últimas duas variáveis aplicadas na pesquisa de ambas as casas legislativas possuíam uma característica autoral, pois a/o pesquisador/a responsável pelo preenchimento deveria transcrever o *Resumo do discurso* e apresentar *Outras observações*, neste caso registrar informações adicionais e/ou especificar questões que as variáveis e categorias não conseguiram abarcar.

Considerações

A exposição sobre o emprego das variáveis e as categorias utilizadas para classificar os pronunciamentos apresentaram os parâmetros adotados para a realização desta pesquisa, como já dissemos, cujos resultados estão sendo publicados por diferentes pesquisadores/as. Por fim, acreditamos também esta nota de pesquisa contribui para a compreensão do formato de investigações que utilizam os pronunciamentos dos/as parlamentares do Poder Legislativo como material empírico de análise, que gradativamente tem se tornado freqüente na ciência política nacional.

Referências

- BIROLI, Flávia. *Abortion, gender, and politics in Brazil*. Paper apresentado no 23º Congresso Internacional da Ipsa, Montreal, Canadá, 2014.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). *Aborto e democracia*. Editora Alameda, 1º edição: São Paulo, 242 páginas, 2016.
- BRASIL. *Regimento interno da Câmara dos Deputados*. 1989; 2012.

²² Sempre que esta categoria era assinalada outra variável precisava ser respondida, a de número 28- *Outra identificação*. Neste caso a modalidade de resposta era aberta, isto é, sem categorias.

MIGUEL, Luis Felipe. Aborto e democracia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20 (3): 384, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia; SANTOS, Rayani Mariano. O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados. *Revista Opinião Pública*, v. 23, p. 230-260, 2017.

URUGUAY. *Reglamento de la Cámara de Representantes*. Capítulos VII, XXI 2014.

SANTOS, Rayani Mariano. O debate parlamentar sobre aborto no Brasil: Atores, posições e argumentos. *Dissertação (mestrado)*. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – Universidade de Brasília (UnB), 2015.

_____; BIROLI, Flávia. O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados (1991-2014): posições e vozes das mulheres parlamentares. *Revista Cadernos Pagu*, Campinas (Unicamp), número 50, 2017

_____; SILVA, Luis Gustavo Teixeira. O direito à vida como ponto de partida para a análise do debate parlamentar sobre o aborto no Brasil e no Uruguai. *Revista Gênero*, Niterói (UFF), v.17, n.1, p. 139 – 169, 2016.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira. *O debate legislativo sobre o aborto: uma comparação entre Brasil e Uruguai*. Anais do 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Belo Horizonte, 2016.

_____. Partidos políticos e o aborto: Estudo comparado entre Brasil e Uruguai (1985-2016). In: Martín D'Alessandro. (Org.). *XIII Congreso Nacional de Ciencia Política. La política en entredicho. Volatilidad global, desigualdades persistentes y gobernabilidad democrática*. 1ed. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Análisis Político, 2017, v. 1, p. 5118-5142.

_____. Religião e Política no Brasil. *Latinoamerica. Revista de Estudios Latinoamericanos de la UNAM*, V. 64, pp. 223-256, Cidade do México, 2017b.

| | |
|---|--|
| <p>5 – Dia do Pronunciamento</p> <p><i>A resposta deve ser compreendida entre 1 e 31.</i> <i>A resposta é obrigatória.</i></p> | <p>12 – UF/Departamento</p> <p>UF – Brasil (exemplos): Rio Grande do Sul São Paulo Bahia Pará Distrito Federal</p> <p>Departamento - Uruguai (exemplos): Montevideu Canelones Flores Rivera Rocha</p> <p><i>A resposta é obrigatória.</i></p> |
| <p>6 – Expediente / Sessão Legislativa</p> <p><i>A resposta é obrigatória.</i></p> | <p>13 – Mandato Primeiro Segundo Terceiro Quarto ou mais</p> <p><i>A resposta é obrigatória</i></p> |
| <p>7 – Em caso de aparte, o orador aparteado era...</p> | |

| | |
|--|---|
| <p>CONTEÚDO DO DISCURSO</p> <p>16 – O discurso se coloca:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A favor da ampliação do aborto legal 2. A favor da manutenção do aborto legal 3. A favor da restrição do aborto legal 4. Contra o aborto (genérico) <p><i>Você pode marcar diversas casas (2 no máximo) – A resposta é obrigatória.</i> <i>A questão só é pertinente se a centralidade é # de irrelevante.</i></p> | <p>5. Por novas medidas punitivas e/ou de controle</p> <p>6. Pela educação sexual e/ou planejamento familiar</p> <p>7. Não se posiciona</p> |
| <p>17 – Caso seja a favor da ampliação do aborto:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Descriminalização total 2. Permissão em caso de inviabilidade do feto 3. Ampliação da rede de assistência hospitalar 4. Não indica que tipo de ampliação 5. Outra ampliação <p><i>Nas questões 17 e 18 você pode marcar diversas casas (4 no máximo) – A resposta é obrigatória</i> <i>A questão 17 só é pertinente se posição for = a favor da ampliação do aborto legal</i></p> | <p>19 – Caso seja a favor da restrição do aborto legal e/ou por novas medidas punitivas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Proibição total 2. Estupro 3. Risco de vida da gestante 4. Inviabilidade do feto 5. Políticas de repressão ao aborto 6. Não indica que tipo de restrição 7. Outra restrição |
| <p>Se outra ampliação, qual?</p> <p><i>A resposta é obrigatória</i> <i>A questão só é pertinente se ampliação for = "outro"</i></p> | <p>20. Se outra restrição, qual?</p> <p><i>A resposta é obrigatória</i> <i>A questão só é pertinente se restrição for = "outro"</i></p> |

21 – Tipos de argumentos assumidos pelo(a) Parlamentar

23 – Qual é o argumento principal do discurso?

25 – O discurso se coloca contra algum tipo de argumento?

| | |
|--|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Argumentos religiosos 2. Argumentos científicos 3. Aborto é uma questão de saúde pública 4. Liberdade individual 5. Controle da mulher sobre o próprio corpo 6. Argumentos jurídicos 7. Argumentos econômicos 8. Inviolabilidade do direito à vida | <ol style="list-style-type: none"> 9. Injustiça social 10. Argumentos morais (não explicitamente religiosos) 11. Argumentos vinculados à opinião pública 12. Aborto/controle da natalidade como estratégia imperialista 13. Laicidade do Estado 14. Outro 15. Nenhum |
|--|---|

22 – Se outro argumento, qual? **24 – Se outro argumento principal, qual?**

26 – Se outro contra-argumento, qual?

27 – Autoidentificação explicitada como argumento de autoridade:

| | |
|--|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Mãe 2. Mulher 3. Médico (a) 4. Secerdote/Sacerdotisa | <ol style="list-style-type: none"> 5. Jurista 6. Cientista 7. Outra 8. Nenhuma |
|--|--|

28 – Outra identificação

29. Resumo

A resposta é obrigatória.

30 – Observações

Recebido: 10/09/2017

Aceito: 15/12/2017